



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Eixo temático: Trabalho, Questão Social e Serviço Social

**Sub-eixo: Transformações contemporâneas no mundo do trabalho e exploração da
força de trabalho**

REFLEXÕES SOBRE AS CONFIGURAÇÕES DA QUESTÃO SOCIAL EM TEMPOS DE AUSTERIDADE ECONÔMICA E AS TRANSFORMAÇÕES NO MUNDO DO TRABALHO

LÉIA LIMA SOARES¹

RESUMO

Reflexões teóricas a partir da literatura especializada do Serviço Social acerca das configurações da questão social na contemporaneidade, com ênfase nas transformações no mundo do trabalho diante da flexibilização nas regulamentações trabalhistas e congelamento das despesas sociais. Assim, discute-se concepções acerca da compreensão da questão social mediatizada pela clássica disputa capital versus trabalho face às questões de classe/raça/gênero/etnia.

Palavras-chave: questão social; trabalho; classe; raça/etnia; gênero

ABSTRACT

Theoretical reflections based on specialized Social Service literature on the configurations of social issues in contemporary times, with an emphasis on transformations in the world of work in the face of flexibilization in labor regulations and freezing of social expenses. Thus, concepts are discussed regarding the understanding of the social issue mediated by the classic dispute of capital versus work in the face of issues of class/race/gender/ethnicity.

Keywords: social issue; work; class; race/ethnicity; gender

Introdução

Assumindo viés histórico-crítico, dirige-se a atenção neste texto para a perspectiva que considera a questão social como fruto das contradições históricas advindas do modo de produção

¹ Universidade Federal do Piauí



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

capitalista, tal como apresentado no debate dos principais autores da literatura no âmbito do Serviço Social, dentre os quais aponta-se José Paulo Netto (2021) e Yamamoto (2007) que conceituam e identificam a questão social surgida a partir das consequências inauguradas pela industrialização no advento do capitalismo.

Destaca-se no contexto de austeridade fiscal um conjunto de reformas que implicam no desmonte de direitos trabalhistas e previdenciários, para além do empobrecimento real da classe trabalhadora. A Reforma Trabalhista e seus corolários (precarização nas relações de trabalho, etc.); a Emenda Constitucional nº 95 (EC 95); além da Reforma da Previdência sob alegação de desempenho deficitário, trazem assim consequências nefastas para as políticas sociais, tornando remota a redução da abissal desigualdade social brasileira, forjada por um passado colonial e escravocrata que perpetuaram o preconceito e a violência, sobretudo considerando o intercruzamento das questões de classe, gênero e etnia/raça.

Adensamento do debate conceitual acerca da questão social

Refletir sobre a questão social no Brasil contemporâneo, exige pensá-la em consonância com o conjunto das transformações sociais, econômicas, culturais, conjunturais que se processam no rastro da globalização e da mundialização do capital, nos termos de Mandel (1982). Mas além disso faz-se necessário situar a questão social no âmbito dos debates teóricos especializados, seja da sociologia, ou do Serviço Social, especificamente.

Com foco no Serviço Social, cumpre destacar neste texto que sobre a questão social parece haver um consenso quanto ao seu surgimento, gênese e desenvolvimento, que se dá no conjunto de consequências impostas pela Revolução Industrial no século XIX, quando, apesar de já ter registros de desigualdade social na sociedade burguesa, agora, a pobreza crescia na razão direta em que aumentava a capacidade do capitalismo em produzir riquezas.

Apesar deste entendimento, nem sempre no âmbito da sociologia houve consenso. De um lado, há um pensamento que analisa a questão social por um viés de ranço liberal, tal como Pierre Rosanvallon (1995), que termina derrapando para a superficialidade analítica que mais naturaliza as desigualdades do que procura recuperar suas raízes históricas, ao trabalhar em termos de gestão da “nova” questão social. De outro, há abordagens que a compreendem sob a perspectiva

histórica, tal como Castel (1990) que contestam a existência de uma “nova questão social”, mas sim, metamorfoses da questão social que acompanham as mudanças na sociedade.

O fio condutor deste texto é uma análise histórica que compreende a questão social como fruto dos antagonismos entre capital e trabalho, conforme as clássicas análises de Netto (2001); lamamoto (2007), etc, mas que na contemporaneidade vem sendo aprofundada em suas expressões em termos de perda de direitos da classe trabalhadora, numa nova era do capital financeirizado, volátil e impulsionado pelo neoliberalismo.

Assim, a despeito das análises que abordam a existência de uma “nova questão social” ou “novas expressões da questão social”, concorda-se com Vera Teles (1996) que a questão social continua sendo a aporia das sociedades modernas, mediatizadas pelas conformações contraditórias do capital, sobretudo em sua etapa monopolista, conforme Netto (1992), pois é a partir da era dos monopólios que o capital se transnacionaliza, se reconfigura e torna-se ainda mais agressivo contra a classe trabalhadora.

O texto clássico Cinco Notas à Propósito da Questão Social de José Paulo Netto (1998) também é salutar ao apontar que a questão social se diferencia do pauperismo em fins do século XIX, por apresentar níveis alarmantes de miséria e degradação do trabalho humano sem precedentes na história do capitalismo, uma vez que a pobreza crescia na medida em que aumenta a riqueza.

O pensamento de Netto (1998) neste sentido continua atual, sobretudo quando aponta que houve um “deslizamento lento e nítido” da expressão questão social para o vocabulário conservador da época que não concebia a questão social como resultado do conflito de classes. Assim, o aprofundamento das expressões da questão social para o autor não pode ser solucionado sem a supressão da ordem burguesa e do modo de produção capitalista, além de constituir-se como objeto do Serviço Social que continuamente se renova expressando manifestações diversas. Também nesta direção, Guerra e Batista (2021) elucidam que “a contradição dialética se expressa por inteiro” ao analisarem a questão social: “o mesmo processo que gera a riqueza gera o seu contrário, o que põe o fundamento da luta de classes” (Guerra; Batista, 2021).

Ademais, lamamoto (2008) destaca que a questão social além de ser tratada como fruto das contradições do capitalismo, também envolve “conformismos e rebeldias”, uma vez que as

pactuações para o estabelecimento das ações e sistemas de proteção social serve aos interesses da acumulação capitalista e das estratégias de luta da classe trabalhadora organizada.

A questão social, portanto, é a mesma. Há uma reposição das contradições em novos patamares, de acordo com Behring e Boschetti (2007) acirrando os efeitos das desigualdades sociais. Considerada ora como “expressão”, ora como “categoria” e também como “conceito”, a questão social reflete, portanto, uma diversidade de análises e múltiplas concepções sob perspectivas analíticas distintas, mas que afinal escancaram a profunda desigualdade social no Sul Global, na América Latina e sobretudo no Brasil, nosso foco de análise.

Na direção de outros autores que não consideram a conformação de uma nova questão social, Pastorini (2010), ressalta que a questão social assume expressões particulares e diversificadas, nas sociedades capitalistas, considerando formação social e sua organização, de modo que para compreendê-la, faz-se necessário considerar a conjuntura política de cada região.

No Brasil, o pensamento clássico de Gisálio Cequeira Filho (1990) contribui para a compreensão de como a questão social teve um tratamento diferenciado ao longa da história brasileira, variando cenários de repressão e conciliação. Tão logo a questão social era abordada no interior do discurso da integração social, ora como “caso de política”, ora como caso de polícia. Assim, antes de 1930 no Brasil, a questão social era tratada como caso de polícia, somente após ser legitimada pelo governo varguista, passou a ser tratada como caso de política, por meio da herança paternalista, populista, burocratista clientelista e repressora. Novamente com a instauração do Estado Novo, a questão social passa a ser tratada como “caso de polícia”, através da repressão e assistencialismo, havendo abafamento das manifestações populares de classe durante o período ditatorial. Assim, sucessivamente, os diferentes governos brasileiros combinaram e combinam pactuação e repressão. Na atualidade, o aparelho coercitivo do Estado Burguês é funcional aos interesses de manutenção da ordem. A militarização, a violência policial travestida de segurança pública ataca sobretudo a juventude negra e pobre que se encontra mais exposta e vulnerabilizada pelas desigualdades sociais.

Nessa direção, de acordo com Rodrigo Castelo (2016) a violência age como potência econômica desde o nosso passado colonial. No Brasil, a estrutura profundamente desigual e violenta permeia a nossa formação sócio-histórica, de tal modo que a pilhagem, o saqueio, a violência e o extermínio de tribos indígenas, dos recursos naturais, de grupos populacionais tradicionais naturaliza-se como modo civilizatório de implantação de uma sociedade dita



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

“moderna”. Além disso, conforme analisa Schwarz (2011) o favor se tornou nossa mediação quase universal. Práticas clientelistas, o arbítrio e o favor se tornaram os mecanismos de uma sociedade marcada por dualismos sociais.

Para o adensamento do debate sobre a questão social, sem dúvidas a edição sobre o tema da Revista Temporalis da Abepss Clássica (Nº3; ano 2) e a recente publicação (V. 21; Nº42) sobre o tema em 2021 constituem-se marcos no que se refere a incorporação de temas essenciais para refletir as configurações da questão social no Brasil contemporâneo. (Irineu, et.al.2021).

Segundo Josiane Soares dos Santos (2012), a questão social nos marcos do conflito capital-trabalho permanece sendo nosso eixo de análise, devendo enfrentarmos a fragmentação pulverização das análises acerca da questão social, que encontra eco na passivização das lutas, operando como se a questão social fosse unívoca.

A questão social no Brasil: rebatimentos das reformas econômicas no mundo do trabalho

Situando o debate na sociedade brasileira, importante faz-se lembrar do conceito de “americanização perversa” para explicar que a aparente ascensão das classes médias e baixas, mostra que há ricos em uma condição extremamente confortável em termos econômicos, atestando a enorme disparidade e fosso de desigualdade social no Brasil.

Uma sociedade em que há na contemporaneidade uma especialização de serviços considerados de qualidade inferior para os mais pobres e a mercantilização de outros serviços para a classe média que pode dispor de condições para o pagamento no mercado. Potyara Pereira (2000) destaca como a partir da crise do Estado de Bem-Estar e a ascensão do neoliberalismo, a realização da justiça social vem sendo esvaziada pela mercantilização das políticas sociais, de modo que os direitos de cidadania, figuram-se como “direitos de rico” em um “mundo repleto de pobres”, sendo irrealizável no Brasil a equação entre justiça social e democracia, diante da prevalência de um amplo quadro de iniquidades.

Nesse ínterim, ressalta-se como a questão racial ganha destaque no atual debate sobre a questão social, resgatando o histórico passado escravocrata do país que torna a questão racial estruturante das relações sociais no Brasil. Entrelaçada pela questão de classe, gênero etnia, a dimensão racial do trabalho aponta como à população negra impõe-se o preconceito, a discriminação e a violência cotidiana e institucional expressa pela marginalização, o desemprego, o rebaixamento dos salários, as dificuldades aos serviços públicos e qualidade educacional, etc.

Outro ponto constitutivo da discussão sobre a questão social na contemporaneidade é a questão agrária e rural/urbana que suscita pensar as contradições brasileiras relacionadas à estrutura agrária do país, pautada no latifúndio, na concentração de terras, monocultura, formação de “commodities”, conflitos por terra, recursos naturais e minérios e uma série de problemáticas que permeiam a categoria camponato no Brasil e comprovam a necessidade de aprofundamento do tema nas diretrizes curriculares da ABEPSS; temas como a reforma agrária, segurança alimentar, agricultura familiar, gerações rurais, movimentos sociais no campo e a histórica herança colonial que finca raízes na contemporaneidade, por meio da cultura de elites locais, patriarcais, o atraso, o clientelismo, paternalismo, favoritismo, patrimonialismo, dentre outros “ismos” que desafiam cotidianamente o Serviço Social a pensar e atuar sobre as mais diversas expressões da questão social no campo ou na cidade, de acordo com Elisângela Cardoso Silva (2021).

Assim, resgatando aquele pensamento de alternância de repressão e assistencialismo já mencionado com Cerqueira Filho (1994), pode-se dizer que na atualidade a violência, o autoritarismo e a violência, inclusive institucional segue marcando o tratamento da questão social no Brasil. De acordo com Mota (1995) a gestão da cultura da crise no Brasil, sobretudo após a década de 1970 e a chamada “década perdida” referente aos anos 1980, o país passou a incorporar um discurso de que o Estado seria perdulário, ineficaz e ineficiente dando vazão aos interesses do mercado para expandir-se sobre a provisão dos serviços sociais e políticas públicas.

Destarte, a própria cidadania e o conjunto de direitos consagrados constitucionalmente sofrem uma diminuição e precarização, sendo a mais brutal investida, pela via do orçamento, através de cortes de investimentos nas principais áreas da seguridade social, a qual é considerada como retardatária e inconclusa nos termos de Fleury (2009). Expressando desigualdades econômicas, sociais, políticas e culturais e atravessadas pelas categorias de classe, gênero, raça e etnia, a questão social revela ainda uma dimensão estrutural, de

acordo com Ianni (1992) a qual “atinge visceralmente a vida dos sujeitos numa luta aberta e surda pela cidadania”.

Polifacetadas, diversas, variadas e multifacetadas são consideradas as expressões da questão social, as quais no Brasil foram conformadas por lama e sangue nos termos de Castelo (2021) tendo a violência, o racismo, a xenofobia, a exploração da força de trabalho, o machismo e o genocídio dos povos tradicionais seus principais pontos de tensão, os quais na atualidade precisam ser desvendados da aparência à sua concretude, do singular ao geral, apreciando suas particularidades e especificidades que configuram as desigualdades sociais no atual contexto do capitalismo financeirizado.

Sobretudo a partir do advento da pandemia do vírus *Sars Cov 2* em conjunto com as reformas em curso, trabalhista, previdenciária, etc.; o desemprego, a fome, a destruição da natureza e a violência atingiram níveis alarmantes, conformando um divisor de águas na história da humanidade, pois para muitos autores, a pandemia demarcara a passagem do século XX para o século XXI em que o capital em sua nova dobra neoliberal responde de forma mais agressiva e devastadora às crises, de modo a manter o padrão de acumulação capitalista, levando à pobreza e as desigualdades sociais antagonizadas até as últimas consequências, também ao que David Harvey (2007) conceitua como acumulação por espoliação.

A associação perversa entre capitalismo e neoliberalismo, portanto implica conforme Yasbeck (2021) na exposição de níveis obscenos de desigualdade social, de modo que há uma combinação de consenso e autoritarismo que impacta negativamente a população mais pobre, parcelas mais vulnerabilizadas e que são atravessadas pelas questões de raça, gênero e etnia, uma vez que do padrão heteronormativo de gênero decorrem vicissitudes de opressão das mulheres, da população LGBTQIA+, das pessoas portadoras de deficiência, idosos, jovens, crianças e os grupos mais vulneráveis às investidas do receituário neoliberal, ou ainda, nos termos de Dardot e Laval (2016) da racionalidade neoliberal, uma vez que ela atinge os métodos de gestão até o mais íntimo das subjetividades impactando os modos de vida e as sociabilidades, de modo a reforçar o individualismo, a autorresponsabilização, o pluralismo de bem-estar, isto é, a transferência de responsabilidades do Estado para outras esferas.

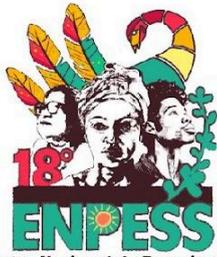
Yasbek (2021) ao analisar a questão social em tempos de devastação do trabalho aponta como as contradições latentes dos conflitos de classe espriam-se sobre os trabalhadores trabalhadoras com as investidas do receituário neoliberal e das reformas administrativa, do

trabalho e da previdência. Sobretudo no Brasil há uma diminuição progressiva dos direitos trabalhistas que se expressam sob a forma de precarização, terceirização, quarteirização, pejetização, uberização, informalização, desemprego estrutural, privatização e o desmonte da seguridade social, sobretudo a partir da Emenda Constitucional 95/2016 que congelou as despesas primárias em áreas sociais, educação e saúde por vinte anos em nome de uma dívida pública não auditada.

Para além do desemprego estrutural e da informalidade, impulsionados a partir da reestruturação produtiva, após a década de 1970, na contemporaneidade o avanço tecnológico tem dotado ao capitalismo estratégias para o alcance de lucros em novos espaços, a exemplo da disseminação de aplicativos de celular para oferta de serviços, em que grandes empresas internacionais operam gerando lucros e receitas, sem qualquer responsabilidade quanto ao vínculo trabalhista e os direitos de uma massa estimada em cerca de 1,5 milhões de trabalhadores por plataformas digitais, de acordo com Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística do IBGE de 2022. Este grande contingente de motoristas de passageiros e entregadores de comidas, dentre outras encomendas são expostos a intempéries diversas, além do controle rigoroso de qualidade pelo algoritmo de um aplicativo, que incluindo sanções e ranking avaliativo de “estrelas”, operam sob a propagação da falsa visão do trabalho por conta própria, flexibilidade de horários e autonomia. (Guimarães, 2024).

Neste cenário, sindicalistas e pesquisadores denunciam a situação de um “limbo jurídico” no Brasil em que o governo tentou, ainda sem êxito, regulamentar através da criação de um Grupo de Trabalho para elaboração do Projeto de Lei Complementar (PLP) 12/24, o qual permanece envolto em polêmicas e impasses, sobretudo pela tendência de legitimação da prática das empresas de plataformas no Brasil sem garantir direitos trabalhistas e previdenciários aos trabalhadores. (Guimarães, 2024).

Ainda de acordo com Yasbek (2021) há uma espécie de “invólucro místico” em torno da questão social que implica no ocultamento dos conflitos de classe, fazendo com que a questão social seja naturalizada, individualizada etc., como se as instâncias da família, do mercado e da filantropia fossem as salvaguardas dos indivíduos. Neste sentido, os mecanismos de proteção social são minados por uma estratégia de captura do fundo público (Salvador, 2010) que almeja o superávit primário em detrimento das políticas sociais.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Considerações finais

O capitalismo inveterado na busca pelo lucro, utiliza o monopólio da violência para conquista de terras adensando ainda mais, as expressões da barbárie. A política do agronegócio e dos megaprojetos energéticos e de mineração, bem como a especulação imobiliária urbana impõem controle do território, o seu esvaziamento e a mobilidade forçada dos indivíduos com um dinamismo, cada vez mais, brutal. Assim, de acordo com Sabino de Souza e Teles (2021), a luta pela terra é atravessada por crescentes níveis de violência, tais como: expropriação e a expulsão indígena e quilombola; despejos e remoções urbanas.

Em suma, concorda-se que a questão social não mudou, permanece a mesma, havendo apenas a intensificação das investidas do capital recalcitrante que gera novas expressões agudizadas pelas contradições na contemporaneidade, dado o neoliberalismo, o neodesenvolvimentismo (Castelo, 2020) e os rastros do passado colonial que tem na escravidão, patriarcado e genocídio indígena, uma determinação estruturante que ainda não superadas ante a ausência de superação do próprio capitalismo (Netto, 2008) que se reatualiza cotidianamente por meio da violência, do medo, do ódio, intolerância religiosa, conservadorismo, fascismo, privatização, desmonte das políticas sociais, ecocídio, guerras nucleares, militares, biológicas e informacionais que põem em risco a própria sobrevivência na Terra.

Longe de apresentar o esgotamento das alternativas de construção do socialismo, a partir da análise das faces mais perversas do capitalismo, cumpre destacar a importância de intensificar o debate em torno dos temas que envolvem a sociedade brasileira, resgatando como parte do Projeto Ético Político do Serviço Social, a luta contra as opressões e a defesa intransigente dos direitos sociais e da liberdade, contra o arbítrio.

Por fim, destaca-se que a compreensão da questão social resvala sob as investidas do capital sob o sistema de proteção social brasileiro no capitalismo, sobretudo Assistência, saúde e previdência. Portanto, analisar as expressões da questão social deve também incluir interdisciplinaridade e diálogo com os distintos campos de saber do conhecimento.

Referências



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

CASTELO, Rodrigo. A VIOLÊNCIA COMO POTÊNCIA ECONÔMICA NA GÊNESE DA “QUESTÃO SOCIAL” NO BRASIL. Temporalis, 2021.

FILHO, G. Cerqueira. A "Questão Social" no Brasil. Rio de Janeiro. Editora Civilização. Brasileira, 1982.

GUERRA, Yolanda; BATISTA, Alfredo. EXPRESSÃO “QUESTÃO SOCIAL” EM QUESTÃO: UM DEBATE NECESSÁRIO AO SERVIÇO SOCIAL. Temporalis, 2021.

GUIMARÃES, Cátia. Trabalhadores de aplicativos: entre a autonomia e a ausência de direitos. Revista Poli: saúde, educação e trabalho – jornalismo público para o fortalecimento da Educação Profissional em Saúde. Ano XVI. N° 95 mai/jun. 2024.

IAMAMOTO, M. A questão social no capitalismo. Temporalis, Brasília, n.3, p.9-32, [2001] 2004.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. Serviço social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social. São Paulo: Cortez, 2007.

IANNI, Octávio. A ‘Questão Social’. In: IANNI, Octávio. A idéia de Brasil Moderno. São Paulo: Brasiliense, 1992. (p. 87-109).

IRINEU, B. A., SILVA, L., CANTALICE, L., BRETAS, T., & CLOSS, T. (2021). CRISE CAPITALISTA, QUESTÃO SOCIAL NO BRASIL E DIRETRIZES CURRICULARES DA ABEPSS. Temporalis, 21(42). Disponível em:
<https://doi.org/10.22422/temporalis.2021v21n42p6-15> Acesso em 19jul.2024.

MANDEL, Ernest. O Capitalismo Tardio. Abril. São Paulo, 1982.

NETTO, José Paulo. Cinco notas a propósito da “questão social”. Temporalis, Brasília (DF): Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social, ano 2, n. 3, jan./jun.2001.

PASTORINI, A. A categoria “questão social” em debate. São Paulo: Cortez, 2010. (Coleção Questões da Nossa Época; v. 109).

PEREIRA, Potyara Amazoneida. Necessidades humanas: subsídios à crítica dos mínimos sociais. 5ª ed. São Paulo: Cortez, 2000.

SABINO DE SOUZA; TELES. Pressupostos para uma análise histórico-estrutural da Questão Social no Brasil. TEMPORALIS, v. 21 2021.

TELES, Vera da Silva. Questão Social: afinal do que se trata? São Paulo em Perspectiva, vol. 10, n. 4, out-dez/1996. P. 85-95.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

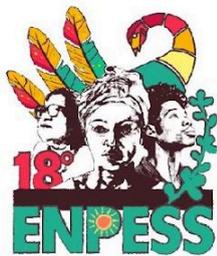
10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

SANTOS, J. S. Particularidades da “questão social” no capitalismo brasileiro. Tese (Doutorado)— Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2008.

SANTOS, Josiane Soares. Particularidades da “questão social” no Brasil: mediações para seu debate na “era” Lula da Silva. *Serv. Soc. Soc.*, São Paulo, n. 111, p. 430-449, jul./set. 2012

YASBECK, Maria Carmelita. Expressões da Questão Social Brasileira em tempos de Devastação do Trabalho. *Temporalis*. 2021



**Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social**

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

**Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social**



**Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social**

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

**Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social**